

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2337, DE 2021

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Apresentação: 18/08/2021 09:13 - PLEN
EMP 159 => PL 2337/2021

EMP n.159

EMENDA ADITIVA Nº _____, DE 2021

Acrescenta-se o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2337, de 2021, com as adaptações necessárias:

“Art. 2º A lei nº 9.249, de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2022, os lucros ou dividendos pagos ou creditados sob qualquer forma pelas pessoas jurídicas, inclusive a pessoas físicas ou jurídicas isentas, ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza retido na fonte à alíquota de vinte por cento na forma prevista neste artigo.

.....

§ 20 Os lucros recebidos por pessoas físicas e pessoas jurídicas domiciliadas na República Federativa do Brasil, pagos ou creditados por instituições de ensino que integrem o programa instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, ficam isentos da incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 21 Os proventos recebidos por pessoas jurídicas de acordo com o §20 não integrarão a base tributável na distribuição de seus dividendos, inclusive quando distribuído de forma sucessivas entre pessoas jurídicas, desde que a origem sejam dividendos de instituições de ensino que integrem o programa instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei da tributação de dividendos que estabelece alíquota de 20% sobre os dividendos distribuídos, traz medidas que impõe desincentivo aos empreendimentos no setor de educação, especialmente no ensino superior, essencial para o futuro do país, merecendo ajustes para não implicar em aumento de carga sobre as instituições de ensino e, conseqüentemente, seus alunos.

As instituições de ensino superior, pagam IRPJ através de bolsas de estudos para ~~alunos carentes no exitoso ProUni, a redução do IRPJ não ocorrerá para o setor e, portanto, não ajudará a compensar a tributação de dividendos. Isso representará um~~



* C D 2 1 2 6 5 9 7 3 5 1 0 0 *

direto **aumento de carga sobre os empreendimentos em Educação. O setor mais punido pelo PL é o de Educação Superior**, com reflexos nos jovens que já vem sofrendo duramente com o esvaziamento das políticas públicas e os duríssimos impactos da pandemia do COVID no setor de Educação.

Importante destacar que, enquanto um estudante do ensino superior público gera um “gasto orçamentário” de R\$ 28,6 mil por ano, o estudante do ProUni representa um “gasto tributário” de R\$ 4,6 mil por ano. **Por 16% do custo, forma-se pelo ProUni um estudante com índices de performance equivalente no Enade.** A redução do IRPJ desestimula a adesão das instituições ao PROUNI, ao tempo em que a tributação de dividendos, aumenta a carga e reduz investimentos, pela situação específica do setor aqui exposta.

Diante do cenário apresentado, é necessário rever essa situação com muita atenção. Não faz sentido desestimular a educação do país.

Por conta disso, **a emenda propõe alteração para que, como não há redução de IRPJ na prática, os dividendos distribuídos pelas entidades de ensino que integrem o programa instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, no país sejam isentos.** A emenda considera ainda a situação de recebimento por pessoas jurídicas desses dividendos provenientes originalmente em instituições de ensino, garantindo que não haverá elevado aumento sobre empreendedores/investidores no setor de Educação do País.

Esse formato permite não desestimular e encarecer os serviços desse setor que reduz em cerca de R\$ 225 bilhões por ano as despesas públicas. Este é o montante correspondem aos 15 milhões de estudantes que o Estado deixa de custear nas instituições públicas, sendo que mais de 80% são das classes média e baixa (classes C, D e E) e estão nas 41 mil instituições de ensino particular do país, desonerando o Estado. Destaca-se ainda que o setor de educação particular é intensivo em mão de obra qualificada, pois emprega mais de 1,7 milhão de trabalhadores, sendo 800 mil professores.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Átila Lira – PP/PI





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Átila Lira)

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Assinaram eletronicamente o documento CD212659735100, nesta ordem:

- 1 Dep. Átila Lira (PP/PI)
- 2 Dep. Cacá Leão (PP/BA) - LÍDER do PP *(p_7731)
- 3 Dep. Rodrigo de Castro (PSDB/MG) - LÍDER do PSDB
- 4 Dep. Christino Aureo (PP/RJ) - LÍDER do PP
- 5 Dep. Hildo Rocha (MDB/MA) - LÍDER do MDB
- 6 Dep. Roberto de Lucena (PODE/SP)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

